

Direito à segurança, um desafio para o Brasil

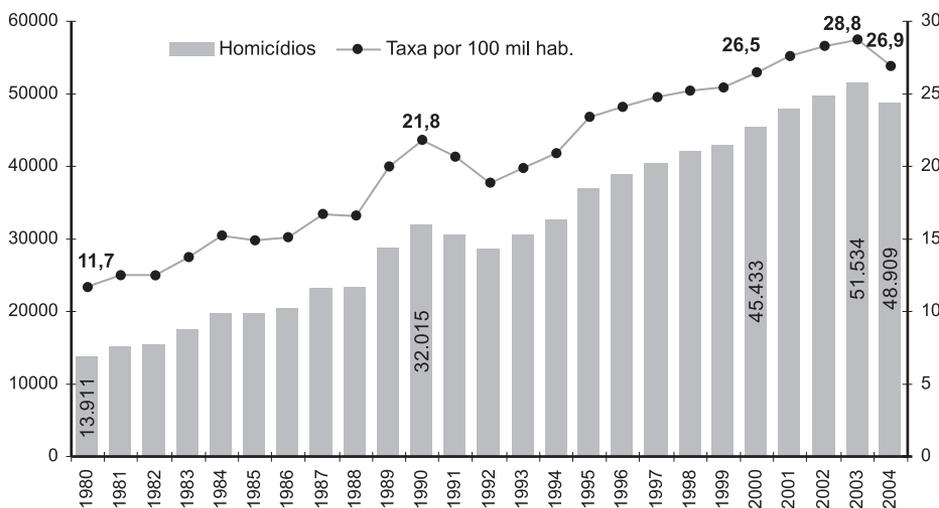
SILVIA RAMOS

Cientista social e pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC/Ucam)

Neste artigo, será apresentado um panorama geral da violência no Brasil, especialmente da violência letal, e indicadas as principais características de sua distribuição, focalizando faixa etária, gênero, cor, classe e, principalmente, território. Serão analisadas as principais respostas da sociedade civil brasileira a esse fenômeno e indicadas quais linhas de força explicam a baixa presença de participação de organizações não-governamentais e movimentos sociais em relação às políticas de segurança e às polícias. Finalmente, serão identificadas as maiores lacunas e as experiências mais inovadoras e criativas nesse campo.

No Brasil, 50 mil pessoas são assassinadas por ano. Nossas taxas de mortes violentas estão entre as mais altas do mundo há mais de duas décadas. Passamos de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1980, para 26,9, em 2004, como mostra o Gráfico 1. Países da Europa Ocidental têm taxas inferiores a três mortes intencionais por 100 mil habitantes e os Estados Unidos encontram-se na faixa de cinco a seis mortes.

Gráfico 1 – Homicídios no Brasil: números absolutos e taxas por 100 mil habitantes de 1980 a 2004

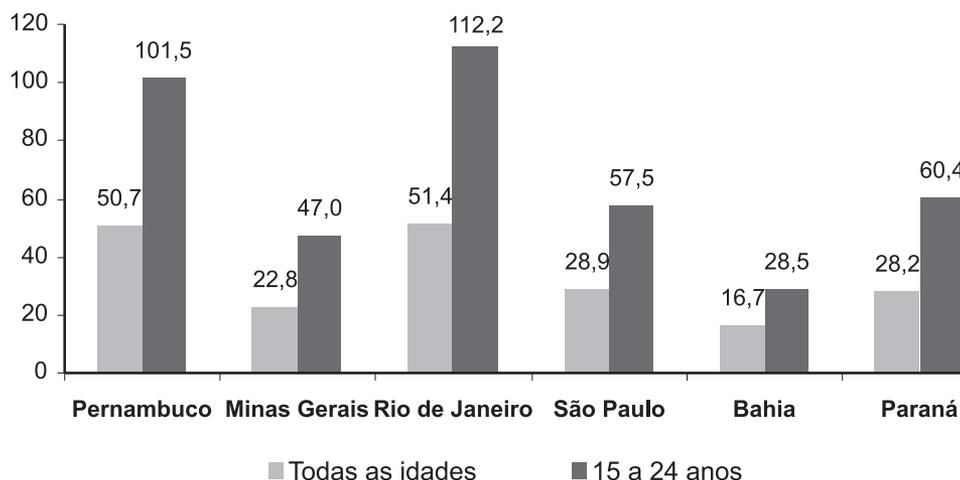


Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

IDADE, GÊNERO, COR E CLASSE: INDICADORES DE RISCO

Uma característica marcante no panorama brasileiro é a concentração dos homicídios na população jovem. Na faixa etária de 15 a 24 anos, as taxas são extraordinariamente mais altas do que as verificadas para a população como um todo. A tendência, como se observa no **Gráfico 2**, é nacional, ocorrendo mesmo nos estados com taxas de violência letal mais baixas. Entre pessoas não-jovens, 9,6% do total de óbitos são relacionados a causas externas. Entre pessoas jovens, as causas externas são responsáveis por 72,1% das mortes. Os homicídios respondem por 39,7% das mortes de jovens de 15 a 24 anos; os acidentes de transporte respondem por 17,1%; e os suicídios por 3,6% (Wiselfisz, 2006). Em alguns estados, a taxa de homicídios de jovens ultrapassa os 100 por 100 mil habitantes jovens. Quando examinamos algumas áreas urbanas pobres, focalizando jovens, encontramos taxas de mais de 200 homicídios dolosos por 100 mil habitantes.

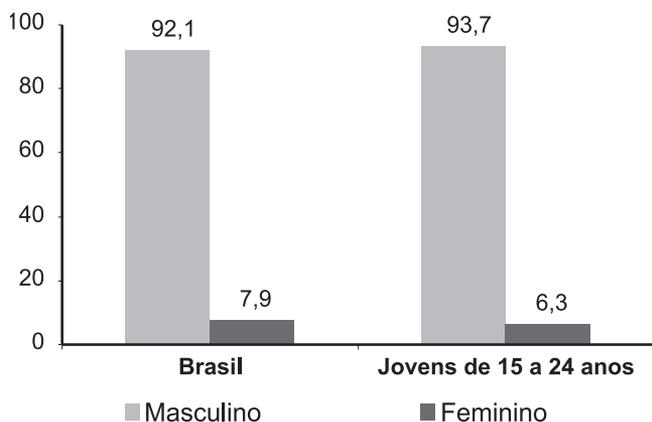
Gráfico 2 – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em diferentes estados brasileiros em 2004: jovens e população total



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

Sexo também é um fator explicativo importante para compreender características do fenômeno. Seguindo um padrão predominante no cenário internacional, não só as mulheres, como mostra o **Gráfico 3**, mas as jovens representam uma proporção pequena das vítimas de violência letal. Como se sabe, mulheres são as vítimas mais frequentes de violências interpessoais (domésticas e conjugais) e são as principais vítimas de lesões corporais. Uma cultura machista contribuiria, portanto, não só para a quantidade assombrosa de mortes violentas entre jovens do sexo masculino, mas também para explicar o perfil da vitimização feminina.

Gráfico 3 – Percentual de homicídios por sexo no Brasil em 2004: jovens e população total

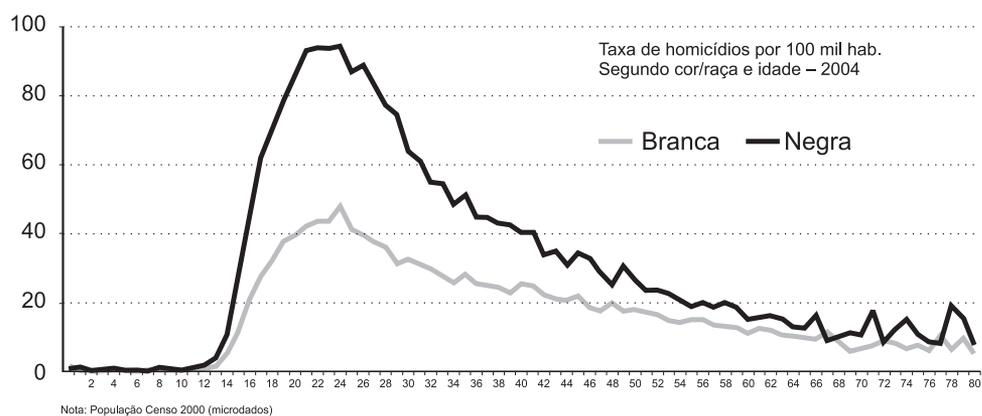


Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

Paralelamente à idade e ao gênero, estudos têm identificado a existência de uma dramática concentração de mortes violentas na população negra (soma-tório das pessoas classificadas como pretas e pardas), indicando que a distri-buição desigual de riquezas e recursos sociais (educação, saúde, saneamento) entre pessoas brancas e negras no Brasil acaba por provocar outro tipo de de-sigualdade, aquela na distribuição da morte violenta. Assim, são os negros e, entre estes, os mais jovens, as vítimas preferenciais da violência letal.

As taxas de homicídios para homens negros são significativamente mais altas em todas as idades, a partir de 11 anos, embora muito mais acentuadas de 18 a 26 anos, como apontado no Gráfico 4. A taxa para jovens brancos de 24 anos, por exemplo, é muito alta, quase 50 por 100 mil habitantes. Porém, a taxa para jovens negros da mesma idade é ainda mais alta, chegando quase ao dobro: 90 por 100 mil habitantes, evidenciando um forte fator racial nessas dinâmicas. Significa que classe social e escolaridade também são fortes fatores explicativos para risco de morte violenta intencional de jovens do sexo masculino no Brasil.

Gráfico 4 – Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) de homens segundo cor/raça e idade no Brasil em 2004



Combinadas, as variáveis idade, gênero, cor e classe social também são um fator de risco para ser considerado suspeito pela polícia. Os jovens pobres, predominantemente negros, moradores de favelas e das periferias dos grandes centros são os suspeitos preferenciais da polícia. Pesquisa realizada pelo CESeC/Ucam, na cidade do Rio de Janeiro, em 2002, revelou que 57,9% das pessoas paradas pela polícia, andando a pé na rua, têm de 15 a 29 anos. Por sua vez, considerando pessoas paradas em todas as abordagens policiais, os negros sofrem revista corporal em 55% das vezes em que são abordados contra 32,6% das vezes quando os brancos são abordados (Ramos; Musumeci, 2005). A distribuição das próprias operações policiais são variáveis por bairro, predominando as abordagens a pé na rua, com revistas corporais, nas áreas pobres e blitz de automóveis, quase sempre sem revistas corporais, nas áreas mais ricas.

GEOGRAFIA DA MORTE

Como se sabe, nas regiões metropolitanas do país, a criminalidade violenta cresceu predominantemente em favelas e bairros pobres das periferias urbanas. Nessas áreas, especialmente a partir da década de 1980, instalou-se o tráfico de drogas e os conflitos entre facções rivais que disputam o controle de um mercado altamente lucrativo. Também ao longo dos anos, cresceram a violência e a corrupção policiais, umbilicalmente ligadas ao tráfico de drogas. Nesses territórios, pobres e carentes de serviços públicos, registram-se os mais altos índices de violência letal. Nas cidades brasileiras mais violentas é possível identificar uma geografia da morte, onde as principais vítimas são jovens negros e pobres.

A desigualdade na distribuição da violência letal entre os diversos bairros do município do Rio de Janeiro é expressiva. Os bairros da zona sul da cidade (Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico e Barra da Tijuca), onde vivem pessoas com maior poder aquisitivo, apresentam as mais baixas taxas de homicídios. Ali são comuns taxas que variam de 4,7 a 10 homicídios por 100 mil habitantes, próximas dos padrões norte-americanos. Já os bairros da zona oeste e do subúrbio, que reúnem regiões pobres repletas de favelas (Acari e Santa Cruz, Complexo do Alemão, Vigário Geral e Parada de Lucas, por exemplo), chegam a registrar taxas de até 84 homicídios por 100 mil habitantes.

Essa distribuição configura a presença de dois padrões radicalmente diferentes na mesma cidade: a uma distância de 40 minutos entre os bairros mais pobres e os mais ricos, entre as pessoas mais bem-servidas pela presença do Estado e onde este se ausentou por longos anos, a ponto de grupos armados manterem controle total sobre territórios inteiros de áreas de favelas. Na prática, são dois países convivendo na mesma cidade. Também são duas polícias e duas políticas de segurança.

Manchas territoriais de concentração de mortes violentas nos bairros pobres e nos aglomerados de favelas igualmente se evidenciam em cidades onde estudos sistemáticos têm sido desenvolvidos, como os do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) sobre a violência letal em Belo Horizonte.

JUSTIÇA CRIMINAL, POLÍTICAS DE SEGURANÇA E POLÍCIA

Com quais políticas públicas de segurança o país tem respondido ao fenômeno da crescente violência urbana? Nos mais de 20 anos desde que o processo de transição da ditadura militar teve início (1985), o setor que menos progrediu em relação à modernização e à democratização foi o de Justiça Criminal, em particular o das instituições policiais (Leeds, 2005). Apenas na segunda metade da década de 1990 começaram a se registrar os primeiros esforços sistemáticos de elaboração de políticas públicas de segurança, baseados em uma perspectiva contemporânea identificada com a combinação eficiência/direitos humanos. Até então, a maioria dos governos relegava o tema às esferas corporativas das próprias polícias (Soares, 2000).

O silêncio em relação à escalada de violência letal predominou também em amplos setores intelectuais, na mídia e mesmo nas organizações não-governamentais, durante a década de 1980 e parte da década de 1990. Efetivamente, nos contextos acadêmico e universitário, salvo raras exceções, é relativamente recente a criação de centros de pesquisa voltados para os temas da violência com foco em segurança pública.

O perfil socioeconômico das principais vítimas da violência letal e sua baixa capacidade de pressão política podem ajudar a explicar o despertar tardio dos governos, da mídia e da sociedade civil brasileira para o tema da segurança pública e para a necessidade de se investir em modernização, controle e democratização das instituições de polícia. A maioria das polícias civis e militares nos estados da federação foi se degradando e algumas se tornaram violentas e ineficientes.



O crime organizado - que se estrutura em torno do tráfico de armas e drogas por meio de mecanismos em diversas esferas - corrompeu amplos segmentos das corporações policiais, em certos casos atingindo desde as bases às chefias (Lemgruber; Musumeci; Cano, 2003). Há estados onde a violência policial afeta as corporações e vitimiza as populações pobres, que se vêem encurraladas entre a violência dos grupos armados de traficantes e a violência e a corrupção policiais.

Segundo dados de 2006 da Secretaria de Segurança Pública, no estado do Rio de Janeiro, a polícia é responsável por 14% das mortes violentas intencionais. Os “autos de resistência” - as mortes registradas como decorrentes de confrontos com a polícia - aumentaram 280% em seis anos (de 289 em 1999 para 1.063 em 2006), denotando um crescimento extraordinário do uso da força letal pela polícia.

Tal como as taxas de homicídios na cidade, a violência policial também assume uma geografia específica: concentra-se fortemente na zona oeste e no subúrbio, nas áreas mais pobres da cidade. Em 2006, os batalhões dos subúrbios do Rio (3º, 9º, 16º e 22º BPMs) mataram 357 civis enquanto os batalhões da zona sul (2º, 19º, 23º e 31º BPMs) mataram 34. A mesma desproporção havia ocorrido em 2003 (Ramos; Musumeci, 2005). A baixa presença de organizações de direitos civis nessas áreas alia-se a uma “naturalização” da idéia que conflitos em favelas com vítimas civis podem ajudar a compreender porque esses números são espantosamente elevados em algumas regiões.

O fenômeno do uso excessivo de força letal pela polícia é um problema grave em vários estados da federação. Muitas polícias estaduais nem mesmo divulgam estatísticas sobre mortes ocorridas em ação. Em São Paulo e em Minas Gerais, onde há dados, políticas de redução da violência policial letal vêm sendo implementadas. Em São Paulo, as mortes em confronto com policiais caíram significativamente: de 573 em 2004 para 300 em 2005 <www.ssp.sp.gov.br>. Em Minas, tiveram pequena redução: de 103 em 2004, para 99 em 2005 (dados do Comando de Policiamento da Capital). Nesses dois estados, os governos têm igualmente desenvolvido esforços para diminuir progressivamente a violência letal em geral.

As características das mortes em confronto são indicadoras das suas dinâmicas. Estudo minucioso dos autos de resistência (Cano, 1997), focalizando os anos de 1993 a 1996, na cidade do Rio de Janeiro, revelou que as vítimas são majoritariamente jovens do sexo masculino (de 15 a 29 anos, com ênfase na faixa de 20 a 24 anos) e que 64% são negros (pretos e pardos), contrastando com a presença de 39% de negros na população carioca. O estudo também mostrou que as mortes decorrentes das ações policiais concentram-se em favelas, que quase a metade dos corpos recebeu quatro disparos ou mais e que 65% dos cadáveres apresentavam pelo menos um tiro nas costas ou na cabeça - configurando casos de execuções sumárias. O fato é que, no Rio de Janeiro, a violência policial encontra-se fora de controle dos comandos superiores.

À proporção que a “licença para matar” foi concedida aos policiais que atuam nas favelas e bairros pobres, abriu-se um amplo terreno para o crescimento da corrupção e para os chamados “acertos” ou “arregos” entre traficantes e agentes policiais (Soares; Bill; Athayde, 2005).

Em relação às políticas de segurança, têm havido experiências importantes no Brasil. Recentemente, alguns municípios passaram a incorporar pesquisadores e organizações da sociedade civil na elaboração e execução de políticas públicas (Sento-Sé, 2005). O caso de Diadema (SP) - que reduziu as taxas de homicídio, roubo e furto a partir de uma política integrada de ação policial, controle de bares e programas dirigidos a jovens - é o mais emblemático, por ter tornado uma área estigmatizada da região metropolitana de São Paulo em um caso-modelo, que vem sendo copiado por muitos municípios do país (Guindani, 2005).

No âmbito dos governos estaduais, ainda que as ações de redução da violência sejam fortemente concentradas nos esforços de repressão, algumas iniciativas importantes de modernização das polícias têm acontecido. O caso mais bem-sucedido é o de Minas Gerais: há alguns anos, a Polícia Militar mantém convênio com o Crisp para monitoramento da criminalidade. Em 2005, a Secretaria de Defesa Social criou o Instituto de Gestão em Segurança Pública (Igesp), que integra as polícias com órgãos do sistema de justiça criminal (Ministério Público, varas da infância, sistema penitenciário etc.). Em reuniões mensais, comandantes responsáveis pelas áreas prestam contas de metas estabelecidas e definem novos objetivos a serem cumpridos, nos moldes do CompStat, de Nova York <www.nypd.gov>.

O governo de Minas implantou, também, em 16 favelas de Belo Horizonte e região metropolitana um programa integrado de policiamento e ações de prevenção focalizadas em jovens de 15 a 24 anos, chamado Fica Vivo. Graças a essas ações, as taxas de homicídio começaram a declinar em 2005, em movimento contrário ao de 13 anos anteriores, quando essas taxas só cresciam. Em São Paulo, desde 2000, os homicídios mostram um declínio significativo, tendo ocorrido, até o fim de 2006, uma redução da ordem de 50%. As razões para essas quedas têm sido muito debatidas, mas pouco consenso foi obtido até este momento. Entre as principais ações, mencionam-se: forte redução de armas em circulação, graças à campanha do desarmamento e às apreensões feitas pela polícia; investimentos contínuos, nesses cinco anos, de modernização e treinamento da polícia, em especial na delegacia de homicídios; investimentos em segurança pública; aumento da taxa de encarceramento; programas de redução de homicídios por grandes municípios.

Em âmbito nacional, em 2002, durante o processo das eleições presidenciais, o Partido dos Trabalhadores (PT) apoiou a elaboração do Programa Nacional de Segurança, com amplo processo de consultas e a participação de especialistas de vários estados. Pela primeira vez, o país contou com um programa que propunha combinar políticas sociais e preventivas com políticas policiais

e repressivas e controle e modernização das polícias, com o desenho do Sistema Único de Segurança Pública. Contudo, passado o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, uma parte ínfima das propostas foi cumprida e o programa foi virtualmente abandonado. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), criada na gestão de Fernando Henrique Cardoso, operou recursos ainda menores que os do governo anterior. O Fundo Nacional de Segurança Pública, para investimentos em todo o país, contou, em 2006, com aproximadamente R\$ 170 milhões. Em contraste, apenas no estado de São Paulo, o orçamento da segurança pública correspondeu a R\$ 6 bilhões.

Se planejamentos e ações integradas de segurança pública em âmbito nacional ocorrerão ou não, em grande medida, isto dependerá da capacidade de pressão que a sociedade for capaz de exercer para que os governos, nas três esferas, reconheçam a urgência dos temas da violência e da segurança pública. Com raras exceções, as respostas governamentais ao fenômeno da violência - independentemente de orientação partidária - parecem ser, ainda nesses primeiros anos do novo século, a lentidão e baixa qualificação. Em larga medida, prevalece a naturalização da violência, favorecida pela quase incapacidade de vocalização de suas principais vítimas, as populações marginalizadas. A despeito de experiências importantes em alguns estados, predominam, como padrão em todo o Brasil, instituições policiais que não fizeram a transição da proteção do Estado, como era seu papel na ditadura militar, à proteção de cidadãos e cidadãs, especialmente as pessoas pobres, que, muitas vezes, são tratadas como inimigas (Leeds, 2006). Em termos nacionais, inexiste qualquer diretriz que possa ser chamada de política nacional de segurança pública.

ESTATUTO DO DESARMAMENTO E MÍDIA

Em 2003, entre as respostas da sociedade civil, um importante passo foi dado para reduzir as mortes por armas de fogo. Sob a liderança de organizações não-governamentais - que mobilizaram grandes manifestações públicas, a articulação com parlamentares comprometidos com políticas de paz e o apoio de parte importante da mídia - foi aprovado no Congresso Nacional o Estatuto do Desarmamento. Este prevê dispositivos para controlar a venda e a posse de armas de fogo e proibir o porte. Milhares de armas foram recolhidas (segundo o Instituto Sou da Paz, 430 mil armas de fogo foram entregues até o fim de 2005), em uma inédita campanha nacional em favor da paz. Em outubro de 2005, um plebiscito nacional perguntou se a população concordava com a proibição da venda de armas de fogo em território nacional, a maioria disse “não”.

A despeito do resultado negativo dessa etapa da implementação do estatuto, o fato de uma “política de segurança” ter se iniciado em organizações da sociedade civil, ter recebido a atenção dos meios de comunicação, ter saído vitoriosa em votação no Congresso e se tornado política de Estado pode ser considerado um caso

paradigmático na área de controle da violência no Brasil. Contudo, certamente, ainda falta um balanço sobre quais foram os principais erros dos proponentes do desarmamento, e as principais linhas de força em jogo, nessa campanha em que uma vitória fácil que se previa tornou-se uma derrota retumbante.

É digno de nota o importante papel que os meios de comunicação têm desempenhado no agendamento de políticas públicas de segurança e no controle externo das polícias (Ramos; Paiva, 2005). A despeito dos problemas que ainda persistem na cobertura sobre criminalidade e violência, os principais jornais do país fizeram profundas mudanças nos últimos anos, alterando, significativamente, o estereótipo do “repórter policial”. Nos grandes jornais, os repórteres que cobrem a área de criminalidade e segurança pública não são exclusivos da área de “polícia” e buscam, crescentemente, ouvir fontes não-policiais nas matérias investigativas. Além disso, diversos jornais se tornaram verdadeiras ouvidorias de polícia, sendo as únicas fontes de denúncia da violência ou corrupção policiais. Os jornais têm sido muito importantes também para pressionar governos a agendarem políticas de segurança na pauta prioritária das políticas governamentais.

NOVOS MEDIADORES

No contexto das respostas civis à violência, pode-se vislumbrar um importante e recente processo de mobilização de jovens de favelas e bairros de periferia. São projetos ou programas locais baseados em ações culturais e artísticas, frequentemente desenvolvidos e coordenados pelos próprios jovens. Exemplos dessas iniciativas são os grupos Olodum e Timbalada, em Salvador; o AfroReggae, o Nós do Morro, a Cia. Étnica de Dança e a Central Única de Favelas (Cufa), no Rio de Janeiro - além de centenas de agrupamentos mobilizados em torno da cultura hip hop nas periferias de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Brasília e São Luís.

Por meio de diferentes linguagens, como música, teatro, dança e cinema, esses grupos expressam idéias e perspectivas da juventude das favelas. Ao mesmo tempo, buscam produzir imagens alternativas aos estereótipos da criminalidade associados a esse segmento da sociedade e “disputam” os jovens dessas áreas com o tráfico de drogas, exercendo uma sedução ligada ao *glamour* da arte, à visibilidade e ao sucesso.

No que diz respeito à violência e à criminalidade, a maioria dessas iniciativas se equilibra entre a denúncia da violência policial, de um lado, e a busca de autonomia em relação ao despotismo dos grupos armados de traficantes, de outro. Alguns desses grupos procuram exercer papéis de mediadores na guerra entre facções do tráfico de drogas e assumem, abertamente, a missão de “tirar jovens do tráfico” (Neat; Platt, 2006; Soares; Bill; Athayde, 2005; Bill; Athayde, 2006). Mas essa não é, necessariamente, uma regra comum a todos. Por exemplo, o grupo Nós do Morro, do Rio de Janeiro, recusa a discussão sobre o tráfico de drogas e não aponta qualquer

compromisso associado à criação de alternativas à criminalidade entre seus objetivos <www.nosdomorro.com.br>. Outras iniciativas, por sua vez, assumem posições até mesmo ambíguas em relação ao mundo do crime. É o caso de grupos de hip hop que se identificam com os *manos* presos e se concentram na denúncia de que a criminalidade é associada, como estereótipo, aos jovens negros das periferias.

Tais iniciativas - aqui identificadas como novas mediações nas respostas à violência - não são, fique claro, as únicas nem, necessariamente, as mais eficientes para tirar jovens do tráfico. Hoje, um número incontável de grupos religiosos, especialmente de orientação pentecostal, dedica-se à conversão religiosa de jovens que ingressaram no crime. Além disso, em favelas e bairros pobres proliferam escolinhas de futebol e programas esportivos voltados para combater o ócio, descobrir talentos e criar alternativas profissionais.

Mesmo no campo da cultura desenvolvem-se inúmeros projetos de dança, circo, música e teatro, tanto governamentais como privados, voltados para o lazer e a profissionalização de adolescentes. As marcas específicas dos novos mediadores são: a liderança dos grupos pelos próprios jovens oriundos das favelas e a produção de um discurso na primeira pessoa; a capacidade de expressar signos com os quais os jovens das favelas se identificam e, ao mesmo tempo, de criar modelos que recusem as imagens tradicionais dos jovens das favelas; a criação de novas metáforas por força das histórias de vida; a capacidade de transitar na grande mídia e na comunidade, entre diferentes classes sociais, facções e governos - transitar entre o local e o universal.

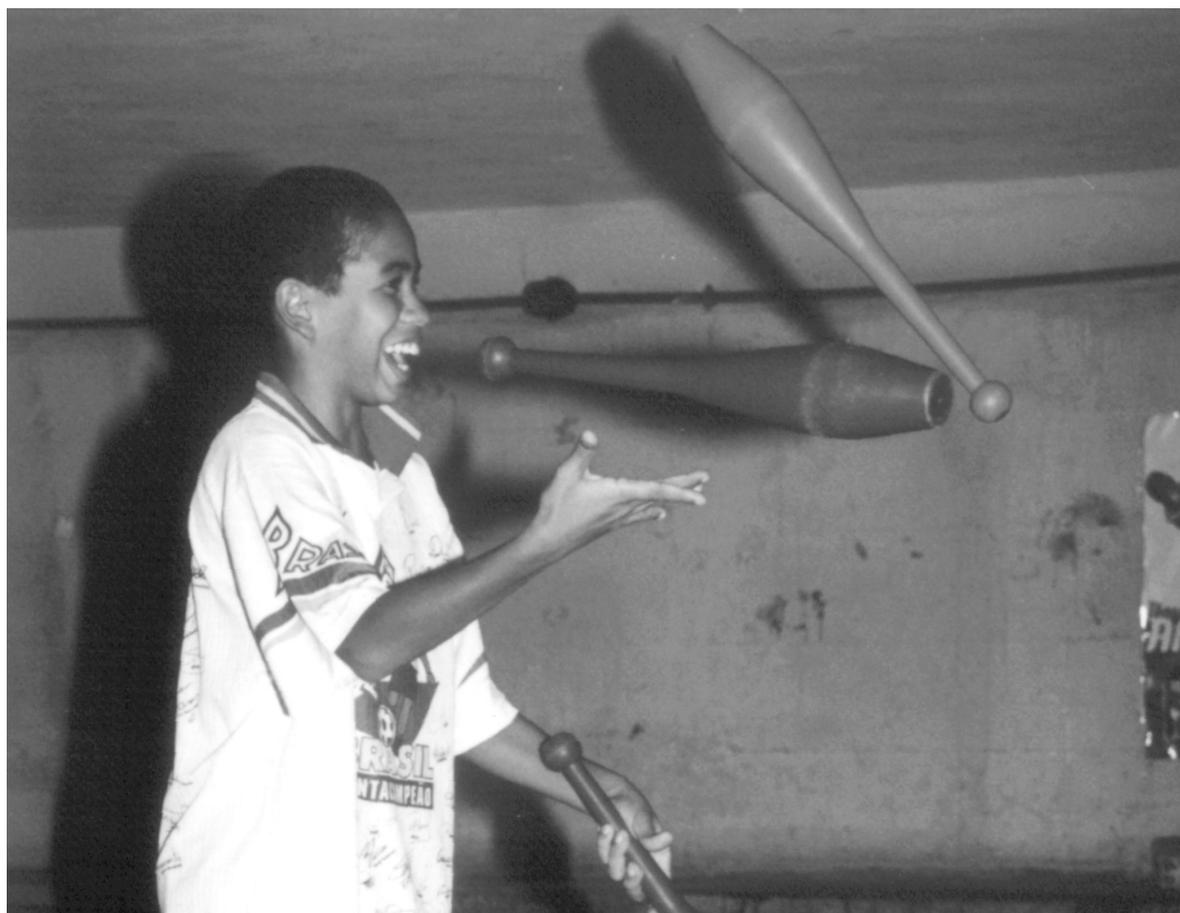
Por último, os(as) jovens mediadores não podem ser tomados como exemplos de espíritos contemporâneos sintonizados com os valores da modernidade. Formam grupos heterogêneos, mas, predominantemente, masculinos. Evidentes traços de misoginia ou de homofobia podem ser observados nas práticas e nas construções discursivas de vários desses grupos, assim como na cultura hip hop (Júnior, 2003; Soares; Bill; Athayde, 2005).

A despeito de todos os problemas, os grupos de jovens de favelas têm sido a principal fonte de denúncia, reflexão e discussão, em âmbito nacional, sobre as relações de jovens com a polícia, o racismo policial e a discriminação que jovens das favelas e das periferias sofrem diariamente - não só nas relações com a polícia, mas com empregadores, a grande mídia e todos que se baseiam nos estereótipos de jovens da periferia como associados à criminalidade e à desonestidade.

O projeto Juventude e Polícia, desenvolvido pelo AfroReggae, em Minas Gerais, em parceria com o CESeC/Ucam, é o exemplo mais expressivo das possibilidades abertas pelas intervenções diretas de movimentos sociais em processo de adoção de políticas de segurança democráticas e contemporâneas e em processos de reforma da polícia (Ramos, 2006). Em 2002, a Banda AfroReggae produziu um videoclipe para a música "Tô Bolado" (que conta a história da chacina de Vigário Geral), com sucessivas imagens de violência policial, configurando uma franca oposição do AfroReggae à polícia). No mesmo ano, um dos

membros-fundadores do grupo foi alvejado por um tiro de fuzil, em operação policial comandada pelo Batalhão de Operações Especiais da PM (Bope), do Rio de Janeiro, dentro de Vigário Geral. Quase todos os jovens ligados ao AfroReggae tinham experimentado situações de violência, corrupção e humilhação por parte de policiais, compondo um vasto repertório de ódios e ressentimentos que constituía uma caudalosa cultura antipolícia no grupo.

Surpreendentemente, no final daquele ano, a coordenação da entidade procurou o CESeC/Ucam, e disse que gostaria de elaborar um projeto com a polícia (e não contra a polícia, como seria de se esperar). Um projeto de invasões culturais nos batalhões foi apresentado à Fundação Ford, que o aprovou imediatamente. As negociações com a Polícia Militar do Rio de Janeiro se frustraram após meses de tentativas e não foi possível desenvolver a proposta naquele estado. Em 2004, a Secretaria de Defesa Social e a Polícia Militar de Minas Gerais convidaram o AfroReggae e o CESeC para desenvolverem o projeto nos batalhões de Belo Horizonte. O projeto foi desenvolvido durante todos os anos subseqüentes e, em 2007, encontra-se em processo de institucionalização pela PMMG, que o transformará em um programa regular de polícia.





Aspectos inovadores

Em geral, esses grupos e projetos caracterizam-se por quatro aspectos inovadores no repertório de princípios das entidades de direitos humanos, das ONGs e do campo da esquerda, na qual as iniciativas da sociedade civil brasileira tradicionalmente se inscrevem, descritos a seguir.

1. Estão interessados no mercado e, ao contrário das ONGs tradicionais, buscam alternativas de renda e emprego para seus(suas) integrantes, além de inserção no mercado e profissionalização. Nesse sentido, criam uma cultura oposta à do “sem fins lucrativos”, que caracteriza as ONGs brasileiras (Landim, 1988). Alguns grupos operam com duas identidades jurídicas simultâneas: uma como ONG (a partir da qual recebem doações de fundações internacionais e nacionais) e outra como empresa cultural (para contratos de shows, discos ou filmes). Embora reafirmem o pertencimento ao campo do trabalho social, alguns grupos procuram depender cada vez menos das doações internacionais, buscando sustentação como empresas culturais que disputam o mercado.

2. Têm um forte componente de investimento nas trajetórias individuais e nas histórias de vida. Valorizam o campo simbólico da subjetividade e investem na formação de artistas e líderes, cuja fama passa a servir como modelo. Em uma contra-operação de criação de estereótipos, procuram construir imagens fortes de jovens favelados que, contrariando a profecia, tornaram-se cineastas, artistas de teatro ou músicos. Em outras palavras, nesses grupos, as estratégias de mídia, o



sucesso e a fama são entendidos como ingredientes polífticos de ativismo. Usam, insistentemente, a grande mídia e buscam parcerias com grandes conglomerados de comunicação, aparecendo não só como artistas, mas como lideranças que falam em nome de jovens das favelas. Sendo assim, eles se afastam do modelo sindical e associativo de esquerda, no qual a cultura do coletivo impera sobre os desvios individualistas.

3. Têm um forte componente de afirmação territorial, sendo freqüente que os nomes dos grupos, as letras das músicas, as camisetas e as roupas reafirmem, permanentemente, os nomes das comunidades de origem (Vigário Geral, Vidigal, Cidade de Deus, Pelourinho, Candeal, Alto Vera Cruz, Alto do Pina etc.). Curiosamente, a intensa e reiterada afirmação de compromisso territorial não se traduz em bairrismo ou nacionalismo. Combinam o amor à comunidade com a adesão aberta a signos da globalização (Coca-Cola, Nike etc.) e produzem conexões entre o local e o universal via internet, *sites* e revistas. Atribuem alta prioridade aos intercâmbios com outras comunidades (incluindo jovens de classe média), às viagens nacionais e internacionais.

4. Assumem um forte componente de denúncia do racismo e de afirmação racial negra, seja nas letras das músicas, nas indumentárias ou nos nomes (AfroReggae, Cia. Étnica, Negros da Unidade Consciente, Mano Brown, Zé Brown etc.). Sem necessariamente pertencerem ao movimento negro, esses jovens se referem, permanentemente, em músicas ou entrevistas, ao fato de serem negros e favelados. A negri-

tude e o pertencimento à periferia encontram uma fórmula curiosa que combina denúncia com orgulho (racial e territorial), muitas vezes cantada e dançada em uma explosão de alegria, como ocorre com o Olodum, a Timbalada e o AfroReggae. Isso os situa em posição oposta à do silêncio sobre a problemática da desigualdade racial (que predomina nas expressões culturais tradicionais, como o samba, e nas expressões culturais jovens) e, ao mesmo tempo, em uma posição diferente da tradicional denúncia do racismo usada pelo movimento negro, baseada na idéia de vitimização. As expressões “auto-estima” e “atitude” são as que melhor definem, em linguagem nativa, a idéia que se pretende forjar novas imagens associadas a jovens negros(as) das favelas.

Juntamente com o fenômeno de criação das ONGs locais, identificado por analistas das favelas (Pandolfi; Grynzspan, 2003), esses projetos e iniciativas – heterogêneos e não articulados entre si, mas que crescem, consistentemente, em várias cidades – vêm se tornando importantes, não só como pólos de construção de uma cultura alternativa ao tráfico, mas como mediadores, como tradutores entre a juventude das favelas, de um lado, e governos, mídia, universidades e, muitas vezes, atores internacionais, como fundações e agências de cooperação, de outro. Estabelecem pontes entre os mundos fraturados representados pela cidade formal e pela favela. Freqüentemente, são os únicos pontos de contato para quem pretende entender o que se passa com jovens moradores(as) de bairros pobres das cidades.

RESPOSTAS E PERSPECTIVAS

Organizações da sociedade civil brasileira, especialmente aquelas associadas a movimentos sociais, foram decisivas para a construção de políticas públicas de respostas à Aids, à saúde da mulher e à reforma psiquiátrica, para dar exemplos no campo da saúde. Também em relação às políticas ambientais, ONGs e ativistas sociais foram e têm sido importantes na construção de respostas brasileiras no setor.

No entanto, no campo da segurança pública, ainda predomina a pequena participação por parte da maioria dos atores da sociedade civil organizada nas discussões sobre reforma das polícias, desarmamento, políticas de segurança e outros temas centrais para a democracia brasileira. Provavelmente, a tradição de esquerda desses atores, combinada com heranças da luta contra a ditadura, quando a polícia era vista como parte do aparelho repressivo do Estado, têm sido influências que ajudam a explicar essa omissão ou desinteresse.

Além das organizações de jovens de favelas, alguns segmentos dos movimentos sociais, como o movimento homossexual, têm feito importantes avanços, como a exigência de policiamento e proteção respeitosa e adequada às especificidades da homofobia. Em abril de 2007, entidades do movimento homossexual, com apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (Sedh) e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), realizaram, no Rio de Janeiro, o primeiro Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia. Nesse encontro, reuniram policiais das 27 unidades da federação, gestores de segurança pública, especialistas, parceiros acadêmicos e ativistas gays, lésbicas e transgêneros de todo o país. Tendo sido um primeiro passo no sentido de aproximar a agenda do movimento homossexual à agenda de reformas da polícia, o encontro foi extremamente positivo e significou um passo histórico.

Tudo indica que o movimento homossexual desenhou uma espécie de método que pode ser usado por outros movimentos no futuro. O movimento de mulheres, que teve ativa participação na adoção de um modelo considerado de vanguarda internacional em reformas de polícia, as Delegacias de Atendimento à Mulher, concentrou seus esforços na aprovação da Lei Maria da Penha - que altera as bases de funcionamento não só da polícia, mas de todo o sistema de justiça criminal (polícias, MP, justiça e sistema penitenciário). Contudo, várias questões não relacionadas especificamente à violência contra a mulher têm ficado de fora das agendas feministas, principalmente as da violência letal - que atinge, preferencialmente, pessoas do sexo masculino - e as da reforma da polícia.

O movimento negro também deveria estar diretamente implicado no tema da violência, considerando que as variáveis raciais estão fortemente presentes na identificação dos jovens negros moradores da periferia como as principais vítimas e os principais autores de violência. Da mesma forma, o contingente policial brasileiro é predominantemente negro, sendo o racismo institucional um problema ainda mais complexo entre policiais negros (Ramos; Musumeci, 2005).

Mas, nos últimos anos, pouco tem sido agregado de participação de organizações comprometidas com a luta contra as desigualdades raciais no campo de democratização das polícias.

As grandes ONGs, que no Brasil foram decisivas para criar agendas na vida política brasileira, como a luta contra a fome, a ética na política ou a responsabilidade social de empresas, permanecem, em grande medida, defensivas em relação aos temas da segurança pública e da polícia. Implicados na tragédia da violência como principais vítimas e como principais autores, jovens das periferias terão, necessariamente, um papel decisivo nas respostas para reduzi-la. Alguns grupos, na condição de novos mediadores, parecem demonstrar, ainda que localizadamente, ser possível oferecer respostas criativas em um campo com pequena tradição participativa de entidades civis. Tais novidades não deveriam ser desprezadas por quem pretende acompanhar as saídas que a sociedade brasileira vai produzir nos próximos anos para enfrentar a violência e construir caminhos para a segurança e a justiça.

REFERÊNCIAS

BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Falcão: meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, 1997.

GUIDANI, Miriam. A criação de um novo paradigma em Diadema. In: SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.117-145, 2005.

JÚNIOR, José. *Da favela para o mundo: a história do Grupo Cultural AfroReggae*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2003.

LANDIM, Leilah. (Org.). *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: Iser, 1988.

LEEDS, Elizabeth. Rio de Janeiro. In: K KOONINGS & K DIRK (Orgs.). *Fractured Cities: social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America*. London: Verso, 2006.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignácio. *Quem vigia os vigias?* Rio de Janeiro: Record, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Ednilsa Ramos (Orgs.). *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NEAT, Patrick; PLATT, Damian. *Culture is our weapon: AfroReggae in the favelas of Rio*. London: Latin America Bureau, 2006.

OCHOA, Ana Maria. *Entre los deseos y los derechos: un ensaio crítico sobre políticas culturales*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2003.

PANDOLFI, Dulce; GRYNZSPAN, Mario (Orgs.). *A favela fala*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.



RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. Mídia e violência: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. *In: Boletim Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro: CESeC/Ucam, v. 9, p. 1-16, 2005.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito*: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAMOS, Silvia. Juventude e polícia. *In: Boletim Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro: CESeC/Ucam, v. 5, n. 12, 2006.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Prevenção da violência*: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general*: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2006*: os jovens do Brasil. Brasília: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2006.